

**AUTOGESTÃO NA  
SALA DE AULA  
AS ASSEMBLEIAS  
ESCOLARES**

ULISSES F. ARAÚJO

  
**summus  
editorial**

*AUTOGESTÃO NA SALA DE AULA*

*As assembleias escolares*

Copyright © 2004, 2015 by Ulisses F. Araújo  
Direitos desta edição reservados por Summus Editorial

Editora executiva: **Soraia Bini Cury**

Assistente editorial: **Michelle Neris**

Coordenação da Coleção Novas

Arquiteturas Pedagógicas: **Ulisses F. Araújo**

Capa: **Alberto Mateus**

Projeto gráfico e diagramação: **Crayon Editorial**

Impressão: **Sumago Gráfica Editorial**

## **Summus Editorial**

Departamento editorial

Rua Itapicuru, 613 – 7<sup>º</sup> andar

05006-000 – São Paulo – SP

Fone: (11) 3872-3322

Fax: (11) 3872-7476

<http://www.summus.com.br>

e-mail: [summus@summus.com.br](mailto:summus@summus.com.br)

Atendimento ao consumidor

Summus Editorial

Fone: (11) 3865-9890

Vendas por atacado

Fone: (11) 3873-8638

Fax: (11) 3872-7476

e-mail: [vendas@summus.com.br](mailto:vendas@summus.com.br)

Impresso no Brasil

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO . . . . .</b>	<b>7</b>
<b>1 DEMOCRACIA, RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E ASSEMBLEIAS ESCOLARES . . . . .</b>	<b>13</b>
Democracia escolar . . . . .	15
A resolução de conflitos . . . . .	20
As assembleias escolares . . . . .	24
<b>2 COMO IMPLEMENTAR E DESENVOLVER AS ASSEMBLEIAS ESCOLARES . . . . .</b>	<b>29</b>
Diferentes tipos de assembleia escolar . . . . .	34
O processo de implantação das assembleias . . . . .	38

Os procedimentos para a realização das assembleias . . .	45
O funcionamento das assembleias escolares . . . . .	66
Procedimentos para o funcionamento dos fóruns escolares . . . . .	75
<b>3 DANDO VOZ AOS SUJEITOS DAS ASSEMBLEIAS . . . .</b>	<b>87</b>
<b>4 CONCLUINDO... . . . .</b>	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS . . . . .</b>	<b>109</b>

# APRESENTAÇÃO

**ENTENDER A CIDADANIA REDUZINDO** o ser humano à sua atuação social e política, como fazem muitas teorias hoje dominantes, não condiz com a multidimensionalidade e com a complexidade das relações que cada pessoa estabelece com o mundo à sua volta. Deve-se compreender a cidadania também de outras perspectivas – por exemplo, considerando a importância que o desenvolvimento de condições físicas, psíquicas, cognitivas, ideológicas e culturais exerce na conquista de uma vida digna e saudável, que leve à busca virtuosa da felicidade, individual e coletiva.

Tal tarefa, complexa por natureza, pressupõe a educação de todos (crianças, jovens e adultos) com base em princípios coerentes com esses objetivos e com a intenção explícita de promover a cidadania pautada na democracia, na justiça, na igualdade, na equidade e na participação ativa de todos os membros da sociedade nas decisões sobre seus rumos. Dessa maneira, pensar em uma educação para a cidadania é indispensável para a construção da democracia social.

O problema é que, hoje, as crianças e os adolescentes vão à escola para aprender as ciências, a língua, a matemática, a história, a física, a geografia, as artes – e apenas isso. Não existe o objetivo explícito de formação ética e moral das futuras gerações. Defendemos a ideia de que a escola, como instituição pública criada pela sociedade para educar as futuras gerações, deve se preocupar também com a construção da cidadania, nos moldes em que atualmente a entendemos. Se almejamos garantir uma vida digna e participação social e política a todos os seres humanos, e não apenas a uma pequena parcela da população, essa escola deve ser democrática, inclusiva e de qualidade. Para tanto, precisa promover na teoria e na prática as condições mínimas para que tais objetivos sejam alcançados.

Entendemos que aprender a ser cidadão e cidadã é, entre outras coisas, aprender a agir com respeito, solidariedade, responsabilidade, justiça, não violência; a usar o diálogo nas mais diferentes situações e a comprometer-se com o que acontece na vida coletiva da comunidade e do país. Tais competências pressupõem que os estudantes possam assumir princípios éticos, exercitados em um processo formativo no qual dois fatores são centrais:

- » que tais princípios se expressem em situações reais, nas quais os estudantes tenham experiências e convivam com a sua prática;
- » que o potencial de autonomia do sujeito – isto é, a capacidade de analisar e eleger valores para si, consciente e livremente – se desenvolva.

Nesse processo, discentes e docentes desempenham papel ativo: são sujeitos da aprendizagem, interpretam e conferem sentido aos conteúdos com que convivem na escola. A construção de valores democráticos deve partir de temáticas significativas do ponto de vista ético e propiciar condições para que os alunos desenvolvam sua capacidade dialógica, tomem consciência de seus sentimentos (e dos das demais pessoas) e desenvolvam a capacidade autônoma de tomar decisões em situações conflitantes do ponto de vista ético/moral.

Por que começar este livro com tais reflexões? Porque a autogestão na sala de aula e na escola por meio das assembleias escolares é um excelente caminho para uma educação que visa à cidadania e à construção de personalidades morais. Aqui, falarei de democracia e da busca educativa de caminhos que enfrentem o autoritarismo e as formas violentas de resolução de conflitos, tão normalizados em nossa cultura. Entendo que aprender a dialogar, a construir coletivamente as regras de convívio e a fortalecer o protagonismo das pessoas e dos grupos sociais é um papel que a escola pode, e deve, exercer na luta pela transformação da sociedade. Construir novos alicerces culturais, que tenham como sustentáculos a igualdade, a equidade, a solidariedade e o diálogo, permitirá que, no futuro, a maioria da população perceba que a justiça social somente será alcançada com a democracia.

Tratar das assembleias escolares tendo os conflitos cotidianos como matéria-prima do trabalho educativo é o objetivo central deste livro, pois acredito que tal proposta contribua para a construção dos alicerces culturais citados. Ela é uma releitura do livro que publiquei em 2004 – *Assembleia escolar: um caminho para resolução de conflitos* –, adaptada aos dias atuais e com re-

flexões e experiências adquiridas nesse período. A principal delas foi a criação e a coordenação do “Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade”, para o Ministério da Educação (MEC), sob a direção da professora Lucia Lodi. O principal eixo de sustentação desse programa, implementado de 2004 a 2009 em todos os 27 estados brasileiros, era a criação em cada escola de um tipo diferente de assembleia: os fóruns escolares. Nesse programa, intitulado “Fórum Escolar de Ética e Cidadania”, cada instituição aderente ao Programa recebeu material didático para criar um espaço de articulação entre escola e comunidade externa que extrapolava a família, com o objetivo de transformar as relações existentes e o entorno da sala de aula.

Foi uma experiência riquíssima e intensa, que mostrou o poder do diálogo e da democratização das relações na escola como base para o desenvolvimento da incipiente democracia de nosso país. Conviver com experiências que foram levadas a cabo em todos os estados, em cidades pequenas no interior profundo do Brasil e em grandes metrópoles, mostrou a força destas.

Introduzindo o livro, no primeiro capítulo, apresento o que entendo por democracia escolar, o que significa uma educação com base na resolução de conflitos e como isso se articula com a proposta das assembleias escolares. No segundo capítulo, trago um “guia prático” para implementá-las e desenvolvê-las, permeando a discussão com reflexões advindas de mais de 20 anos de trabalho com esse tema, incluindo os passos a serem seguidos na implantação das assembleias de classe, de escola, de docentes e dos fóruns escolares nos mais diversos tipos de instituição e contexto. Finalmente, no terceiro capítulo, dou voz aos sujeitos que já vivenciaram as assembleias – docentes e discentes. Para tanto,



reproduzo seus relatos sobre as mudanças vividas nas relações escolares e apresento pesquisas que sustentam a importância das assembleias na construção de valores de ética e de cidadania.

Espero, assim, incentivar a prática das assembleias em nossas escolas, e dedico esta obra aos milhares de professores e gestores que acreditam nessa prática e a vêm aplicando em suas classes, escolas e comunidades nas últimas décadas, muitas vezes sofrendo retaliações e críticas. Esta edição pretende ser um estímulo para que continuem o trabalho e percebam que não estão sozinhos nessa árdua luta pela construção coletiva da democracia.

.....





**DEMOCRACIA,  
RESOLUÇÃO DE  
CONFLITOS E  
ASSEMBLEIAS  
ESCOLARES**

---



## **Democracia escolar**

Sempre me intrigou o emprego bastante difundido, no âmbito educacional, da palavra “democracia”. Se, de um lado, a maioria dos educadores se considera democrática, de outro existe muita polêmica nas relações entre docentes e estudantes sobre o conceito de práticas assim intituladas. Acredito que debater o significado da democracia escolar seja essencial para o objetivo deste livro, que pretende discutir as assembleias escolares.

Como afirma Josep Maria Puig em *Democracia e participação escolar* (2000), embora útil para definir um modelo desejável de relações políticas na sociedade, o termo “democracia” não é necessariamente adequado para caracterizar instituições como a família, a escola e os hospitais. Isso porque elas são constituídas por agentes que têm interesses e *status* diferentes. De acordo com ele,

Essas instituições foram pensadas para satisfazer algumas necessidades humanas que, de maneira inevitável, implicam a ação de sujeitos com capacidades, papéis e responsabilidades muito diferentes. São alheios à ideia de participação igualitária. Os pais e as mães têm um papel assimétrico com respeito aos filhos e às

filhas, da mesma maneira que os professores e as professoras o têm com respeito aos seus alunos e às suas alunas, ou os médicos e às médicas com respeito aos seus pacientes e às suas pacientes. É nesse sentido que dissemos que para essas instituições não serve o qualificativo de democráticas, pois não são horizontais nem igualitárias. (p. 25)

Isso não significa, de fato, que para Puig as instituições escolares não possam ser vistas como democráticas. Nesse mesmo livro, o autor demonstra que elas existem, desde que haja um equilíbrio no jogo entre a assimetria funcional das relações interpessoais e a simetria democrática dos princípios que devem reger as instituições sociais.

Na perspectiva de simetria, os direitos de igualdade e liberdade, por exemplo, devem ser extensivos a todas as pessoas nas instituições democráticas e nas escolas, independentemente de sua idade. Já a ideia de assimetria “natural” dos papéis de estudantes e docentes nas relações escolares, assim como nas relações nos âmbitos familiar e médico, por exemplo – calcada na diferenciação de conhecimentos e de experiência –, aponta problemas na compreensão de como a democracia se apresenta em tais instituições. Precisamos ter clareza e cuidado ao interpretar tais ideias, pois, dependendo do modo como são concebidas, abrem-se possibilidades para justificar o autoritarismo e o absolutismo.

A pergunta é: será que esse paradoxo de assimetria e simetria nas relações sociais pode servir de justificativa para o estabelecimento de relações autoritárias no âmbito das instâncias citadas? Essa parece ser uma boa explicação para a forma tradicio-